



Universidade de Brasília

Instituto de Letras

Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas

Luciana De Camillis Postiglioni

**REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA FIGURA MATERNA E PATERNA
NA MÍDIA: UMA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA**

Brasília – DF

2015

Luciana De Camillis Postiglioni

**REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA FIGURA MATERNA E PATERNA
NA MÍDIA: UMA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do título de graduação em
licenciatura em Letras-Português.

Orientadora: Profa. Dra. Francisca
Cordelia Oliveira da Silva

Brasília – DF

2015

Representação Social da Figura Materna e Paterna na Mídia: uma Análise de Discurso Crítica

Luciana De Camillis Postiglioni¹

RESUMO

Entendemos o discurso como parte da prática social, sendo assim, analisar um discurso é analisar também a sociedade em que vivemos. Objetiva-se com esse estudo, por meio da Análise de Discurso Crítica (FAIRCLOUGH, 2001; VAN LEUWEN, 1997; THOMPSON, 1995), identificar como a mídia trata a mulher e o homem quando o assunto é criação e educação das crianças. O objeto de análise consiste em duas reportagens publicadas em site de notícias, que tratam de pais e mães que assumem a criação dos filhos sozinhos. Verificamos grande discrepância na representação das figuras femininas e masculinas, e nas formas de operação de ideologia (THOMPSON, 1995) contidas em cada texto jornalístico. Notamos que o discurso das mães é carregado de culpa e de frustração, geralmente gerado por críticas alheias, já, no de pais solteiros, o foco é a superação, a dedicação e o afeto. Concluimos que, em pleno século XXI, a falácia da designação natural da mulher para a maternidade continua fortemente difundida, enquanto ao homem é permitido e natural o abandono dos filhos, e, quando o contrário acontece, o feito parece merecer destaque a ponto de virar pauta de reportagem.

1. INTRODUÇÃO

A linguagem é parte indissociável da vida social. Do ponto de vista funcionalista, a linguagem não é mero conjunto de signos autônomos, ela é, principalmente, uma forma de prática social. Uma vez que entendemos que determinados grupos de sujeitos, selecionam determinadas estruturas linguísticas e as articulam de determinada maneira, num amplo conjunto de possibilidades, podemos admitir que não existe aleatoriedade. É nesse sentido que Foucault (2003) denomina a linguagem como espaço de luta hegemônica. Fica evidente que existe uma ‘escolha’ em

¹ Graduanda em Letras – Língua Portuguesa e Respectiva Literatura da Universidade de Brasília.

cada discurso e, inevitavelmente, estes se tornam veículos de ideologia, crenças e opiniões.

O conceito de ideologia utilizado na Análise de Discurso Crítica provém dos estudos de Thompson (1995), em poucas palavras, ele afirma que a ideologia serve para estabelecer ou sustentar relações de dominação. Ao tratar de ideologia, é importante trazer este conceito para os tempos atuais, que chamamos de modernidade tardia. Para Giddens (GIDDENS apud RESENDE & RAMALHO, 2006, p. 30), é a presente fase de desenvolvimento das instituições modernas e se caracteriza pela separação de tempo e espaço, pela existência de mecanismos de desencaixe e pela reflexividade institucional.

A mídia tem grande contribuição no fenômeno de reflexividade institucional, para Thompson (1995), a mudança tecnológica foi crucial na história da comunicação e da transmissão cultural. Com o desenvolvimento da mídia, os indivíduos passaram a ter acesso a formas simbólicas desencaixadas de seus contextos originais, ou seja, uma notícia de jornal, por exemplo, não é o fato em si, mas sim um relato do fato. Essas representações simbólicas podem ser (e geralmente são) incorporadas reflexivamente pelos indivíduos no projeto de autoformação.

Hall (1999) desenvolve o conceito de identidade cultural que trata-se justamente da influência das representações simbólicas na construção da identidade do sujeito. O autor afirma que as identidades modernas estão descentradas ou deslocadas. As identidades aqui tratadas não são individuais, são culturais e surgem do nosso pertencimento a uma sociedade, não são coisas com a qual nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação (HALL, 1999, p. 48-49).

Com suas postulações, Hall abre caminho para chegarmos ao ponto que suscita o tema central do presente artigo que é a representação social das funções materna e paterna veiculadas na mídia. Devemos nos perguntar por que em plena sociedade pós-moderna, onde a mulher ocupa posições sociais iguais (ou quase) às dos homens, ela ainda é vista como a única responsável pela criação dos filhos e, o pai, quando efetivamente inserido em seu papel paterno, é visto como herói.

O objetivo geral é traçar um panorama histórico e cultural da identidade feminina e masculina, para chegar a um melhor entendimento de quais caminhos a sociedade percorreu até determinar os conceitos atuais de “maternidade” e “paternidade”. Objetiva-se levantar uma reflexão sobre como as relações familiares e os papéis desempenhados por homens e mulheres na tarefa de criação dos filhos foram se transformando ao longo do tempo até chegar ao que temos hoje.

Badinter (1985, p. 144) esclarece que foi só após meados de 1760, que se iniciou a recomendação de que as mães cuidassem pessoalmente dos filhos. A partir de então foi imposto à mulher a obrigação de ser mãe antes de tudo e foi plantada a semente do mito: o instinto materno, ou o amor espontâneo de toda mãe pelo filho.

No atual contexto, tempo em que a discussão de igualdade de gêneros é tão latente, vale a pena questionar se esses papéis mudaram ou continuam os mesmos. Com ajuda desse panorama poderemos entender em que momento da história da humanidade as mulheres, sempre subjugadas, foram “elevadas” a outro nível de importância justamente por desempenhar a tarefa de criação dos filhos e a quem interessa manter esses papéis tão bem definidos.

Tendo em vista que é impossível tratar de linguagem sem considerar a vida social, utilizaremos o texto jornalístico como recorte para análise linguística e ideológica. Para fins analíticos usaremos como base teórica os “modos gerais de operação da ideologia” postulados por Thompson (1995) e a teoria de “representação dos atores sociais” de Theo van Leeuwen (1997). O objeto de análise consistirá em duas reportagens tiradas de um site de notícias, tendo como ponto comum a temática acima apresentada. O objetivo, especificamente, é identificar como a mídia trata a mulher e o homem quando o assunto é a criação e educação das crianças, tentaremos ainda analisar como estão sendo representadas as figuras femininas e masculinas dentro do discurso e se existem disparidades na forma dessas representações.

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

A Análise de Discurso Crítica se originou a partir dos estudos do linguista britânico Norman Fairclough que começaram a constituir uma ciência crítica em 1989, no livro *Language and Power*. Podemos dizer que a ADC tem como motivação primordial contribuir para a consciência do processo de mudança da vida social por meio do discurso. Seus estudos têm como foco o lugar da linguagem nas relações sociais, bem como a linguagem como parte integrante de processos de mudança social.

É evidente que Fairclough não trilhou esse caminho sozinho, nomes como Foucault e Bakhtin também exerceram forte influência sobre a ADC por vincularem discurso e poder. Bakhtin apresenta “o meio social como centro organizador da atividade linguística, refutando a identidade do signo como mero sinal desvincilhado do contexto histórico” (RESENDE & RAMALHO, 2006, p. 15); já na contribuição de

Foucault (2003), o destaque é sua definição de linguagem como luta hegemônica, que se pode resumir como sendo as escolhas de determinadas estruturas linguísticas que grupos sociais fazem para propagar uma ideologia ou criar uma.

Prática Social como Dimensão do Evento Discursivo

Para fundamentar a base teórica da presente análise, começemos elucidando o entendimento de Fairclough (2001) sobre linguagem e discurso. A principal crítica de Fairclough (2001) aos linguistas tradicionais de abordagem formalista, como Ferdinand de Saussure, por exemplo, é o fato de desconsiderarem a língua em seu uso e considerarem apenas o próprio sistema interno como mero conjunto de signos autônomos. A ADC, ao contrário, considera a linguagem como forma de prática social e faz-se importante compreender a relação dialética que existe entre o discurso e a estrutura social. Significa que a estrutura social e o discurso são tanto uma condição como efeito um do outro, não existe derivação, ambos são causa e consequência. Fairclough (2001) distingue três aspectos construtivos do discurso que, por fim, resultarão em três funções da linguagem.

O primeiro aspecto é a contribuição do discurso para as construções de ‘identidades sociais’; o segundo é a contribuição do discurso para a construção das relações sociais entre as pessoas; e o terceiro é a contribuição do discurso para a construção de conhecimentos e crenças. Note-se que o discurso contribui em todos os níveis da prática social, desde o individual, na construção da identidade dos sujeitos, até o coletivo, na construção de ideologias e crenças que acabam sendo compartilhadas por toda uma sociedade. Significa que “as ideologias embutidas nas práticas discursivas são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem o *status* de senso comum” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117). Como dito antes, desses aspectos resultarão três funções da linguagem que, para Fairclough (2001), coexistem e interagem em todo discurso: a função identitária, a relacional e a ideacional. Assim concluímos que

a constituição discursiva da sociedade não emana de um livre jogo de ideias nas cabeças das pessoas, mas de uma prática social que está firmemente enraizada em estruturas sociais materiais, concretas, orientando-se para elas (FAIRCLOUGH, 2001, p. 93)

Ao tratar o discurso como uma prática social, devemos abordar também o texto (texto aqui se trata tanto de linguagem falada como escrita), pois é esse o meio pelo qual o discurso manifesta-se, a ‘forma’ linguística do discurso é o texto. Para Fairclough

(2001, p. 99), “a prática social (política, ideológica, etc.) é uma dimensão do evento discursivo, da mesma forma que o texto”. Fairclough (2001) propõe um modelo tridimensional para conceituar “discurso”; nesse modelo, prática social e texto são descritos como dimensões do evento discursivo e essas duas dimensões, por sua vez, são mediadas pela prática discursiva. A prática discursiva é que enfoca os processos sociocognitivos de produção, distribuição e consumo dos textos (RESENDE e RAMALHO, 2006, p. 28).

Pelo modelo tridimensional de Fairclough (2001), o texto, a prática discursiva e a prática social possuem categorias analíticas que servirão para organizar a análise em ADC. São elas: (1) Categorias analíticas do texto: vocabulário; gramática; coesão; estrutura textual. (2) Categorias analíticas da prática discursiva: produção; distribuição; consumo; contexto; força; coerência; intertextualidade. (3) Categorias analíticas da prática social: ideologia; sentidos; pressuposições; metáforas; hegemonia; orientações econômicas/ políticas/ culturais/ ideológicas. O importante é que se entenda aqui o uso da linguagem como prática social, a compreensão desse uso como um modo de ação historicamente situado, e a dialética entre discurso e sociedade, que consiste no fato de que o discurso tanto é constituído socialmente como também é constitutivo das identidades sociais (RESENDE e RAMALHO, 2006, p. 26).

Discurso e Ideologia

Tendo em mente ainda o conceito de prática social, tratemos agora de uma categoria importante de análise, a ideologia. Fairclough acredita que a busca pela hegemonia é a busca pela universalização de perspectivas particulares, assim, as ideologias são significações/construções da realidade, que são construídas em várias dimensões dos sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, reprodução ou a transformação das relações de dominação (FAIRCLOUGH, 2001 apud RESENDE e RAMALHO, 2006, p. 47). Para Althusser (ALTHUSSER, 1970 apud BRANDÃO, 1993, p. 21), a fim de manter a dominação, a classe dominante gera mecanismos de perpetuação ou reprodução das condições materiais, ideológicas e políticas de exploração.

No entanto, o conceito de ideologia que será mais útil para a ADC é o postulado por Thompson (1995). Para o autor a ideologia é inerentemente negativa e hegemônica, ou seja, serve para estabelecer ou sustentar relações de dominação que favorecem indivíduos ou grupos dominantes. A partir disso, postulou *modos gerais de operação da*

ideologia, são cinco, a saber: *legitimação*, *dissimulação*, *unificação*, *fragmentação* e *reificação* (THOMPSON, 1995, p. 81-89).

A *legitimação* sustenta relações de dominação por parecerem justas e conseqüentemente dignas de apoio. A legitimação sustenta-se em três estratégias de construção simbólica: na *racionalização* constrói-se uma cadeia de raciocínio que, por uma construção lógica, procura defender, justificar e persuadir o receptor; a *universalização* apresenta acordos institucionais que servem ao interesse de alguns indivíduos, mas é apresentado como se servisse ao interesse de todos; e a *narrativização* busca contar por meio de histórias passadas uma tradição eterna e aceitável.

O segundo *modus operandi* da ideologia é a *dissimulação*, que estabelece e sustenta relações de dominação por meio de sua negação ou ofuscação. A dissimulação sustenta-se em três estratégias de construção simbólica: o *deslocamento* se dá quando um termo geralmente usado para se referir a um objeto ou pessoa é usado para outro objeto ou pessoa e, assim, as conotações positivas ou negativas são também transferidas; a *eufemização* busca valorizar positivamente ações, instituições ou relações sociais; e o *tropo* são as formas figurativas da linguagem (sinédoque, metonímia e metáfora) que podem servir a interesses de apagamento de relações sociais conflituosas.

O terceiro *modus operandi* da ideologia é a *unificação*, que é a tentativa de construção simbólica de uma identidade coletiva. A unificação sustenta-se em duas estratégias de construção simbólica: a *padronização* que é a adoção de um referencial padrão partilhado; e a *simbolização* que é a construção de símbolos de senso comum e identificação coletiva.

O quarto *modus operandi* da ideologia é a *fragmentação*, que consiste na segmentação de indivíduos e de grupos para que não ofereçam perigo ou constituam obstáculo à manutenção do poder. A fragmentação sustenta-se em duas estratégias de construção simbólica: a *diferenciação* é a ênfase dada às diferenças de pessoas e grupos, impedindo-os de constituir obstáculo às relações de poder existentes, ou ainda, de ser um participante dos grupos de poder; e o *expurgo do outro*, que consiste na construção do retrato de um inimigo, perigoso e ameaçador, a fim de unir indivíduos a resistir coletivamente e rejeitá-lo.

Por fim, o quinto *modus operandi* da ideologia é a *reificação*, que consiste na representação de uma situação transitória como permanente e natural, envolve, pois, a eliminação do caráter sócio-histórico dos fenômenos. A reificação sustenta-se em quatro estratégias de construção simbólica: a *naturalização* que é o processo pelo qual uma

criação social é tratada como se fosse natural; a *eternalização* que ocorre quando fenômenos sócio-históricos são retratados como permanentes; e a *nominalização* assim como a *passivação* concentram a atenção em certos temas em detrimento de outros, apagando-se os atores sociais e as ações.

O discurso é uma das instâncias em que a ideologia se concretiza, para Helena Nagamine Brandão (1993, p. 38) “são as formações discursivas que, em uma formação ideológica específica e levando em conta uma relação de classe, determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada.”

Uma das formas pela qual a instância ideológica funciona é o da “interpelação ou assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico” (BRANDÃO, 1993, p.38), ou seja, cada indivíduo, inconscientemente, é levado a ocupar um lugar em um dos grupos ou classes de determinada formação social, assim, esses grupos mantêm relações que são reproduzidas continuamente garantindo sua existência.

Representação dos Atores Sociais: Teoria e Análise

Ao admitirmos que discursos são uma forma de realização da prática social, não podemos deixar de pensar nos sujeitos que aparecem representados nesses determinados eventos discursivos. Van Leeuwen (1997) investigou as diferentes formas como os atores sociais podem ser apresentados em um dado discurso e concluiu que essas formas de representação podem estar relacionadas às escolhas linguísticas que os usuários fazem.

Como as práticas sociais se transformam em discursos carregados ideologicamente dessas mesmas práticas sociais? De quais modos os atores sociais podem ser representados no discurso e que escolhas a língua nos oferece para nos referirmos às pessoas? Para responder a tais questionamentos, o autor definiu “representação dos atores sociais” como a inclusão ou exclusão de atores sociais para servir aos interesses e propósitos dos leitores para qual é dirigido o texto. Dentro dessas duas possibilidades, incluir ou excluir, existe uma infinidade de formas de fazê-lo que ele categorizou minuciosamente, vejamos aqui algumas dessas categorias.

A representação por *exclusão* acontece de duas formas: pela *supressão* ou *encobrimento*. Na supressão, não há no texto qualquer referência aos atores em questão; já no encobrimento, a exclusão é menos radical. No encobrimento, os atores sociais aparecem colocados em segundo plano, podemos inferir quem são, mas nunca com certeza, pois aparecem sempre apagados. Alguns recursos lexicais e gramaticais

utilizados na exclusão de atores sociais são: a nominalização, a adjetivação, a elipse, o apagamento do agente da passiva e do beneficiário.

A representação por *inclusão* trata de materializar linguisticamente os atores sociais no texto. Van Leeuwen (1997, p. 186) salienta que “não é necessário que haja congruência entre os papéis que os atores sociais desempenham, de fato, em práticas sociais e os papéis gramaticais que lhes são atribuídos nos textos.” A inclusão pode ocorrer, dentre outras formas, por *ativação* e *passivização* dos atores sociais. Na passivização, o ator submete-se ou é receptor de uma atividade, já a ativação “ocorre quando os atores sociais são representados como forças ativas e dinâmicas numa atividade (VAN LEEUWEN, 1997, p. 187).”

Além disso, o autor elenca várias formas de realização da ativação ou passivação dos atores no discurso, que ocorrem através do que ele denomina “papéis gramaticais participantes”. Trata-se de estruturas de transitividade nas quais os atores sociais são codificados como “o Ator em processos materiais, o Comportado em processos comportamentais, o Perceptivo em processos mentais, o Dizente em processos verbais, ou o Atribuidor em processos relacionais (VAN LEEUWEN, 1997, p. 187).” Dessa forma, uma mesma realidade pode ser retratada de formas diferentes. Por meio de mecanismos discursivos, os atores sociais tornam-se mais ativos ou passivos, tudo depende da intenção do emissor.

Nem sempre é possível especificar a identidade de um ator social, mesmo que este esteja incluído no discurso. Van Leeuwen (1997) chama de *indeterminação* quando atores sociais são representados como indivíduos ou grupos anônimos. A indeterminação tem a função de anonimizar um ator social. Linguisticamente a indeterminação realiza-se através de pronomes indefinidos usados em uma função nominal ou em expressões comumente usadas como “muitos acreditam”, “alguns acham”.

Diferentemente, quando é possível determinar de alguma forma a identidade dos atores sociais, estes podem ser representados de duas formas. Em termos de sua identidade única, por meio da *nomeação*, ou em termos de identidades e funções que partilham com outros, pela *categorização*. Aos personagens sem nome (*categorizados*), secundários em uma narrativa, cabem apenas papéis passageiros e funcionais. Van Leeuwen (1997) parte dessa premissa para distinguir dois tipos fundamentais de categorização: a representação por *funcionalização*, ocorre quando os atores sociais são representados em termos de uma ocupação ou função, já a categorização por

identificação, ocorre quando os atores sociais são definidos em termos daquilo que fazem ou são. Na identificação podemos distinguir três tipos: *classificação*, *identificação relacional* e *identificação física*.

Quando representados por *classificação*, os atores sociais são referidos através das categorias nas quais determinadas sociedades diferenciam classes de pessoas, por exemplo, idade, sexo, origem, classe social, religião e etc. A *identificação relacional* trata-se da representação dos atores em termos da relação pessoal, de parentesco ou de trabalho que têm entre si. Por sua vez, a *identificação física* ocorre com frequência em narrativas, como quando uma personagem é apresentada, por exemplo, pois se trata de empregar uma identidade única aos atores sociais na ausência de uma nomeação, ou seja, chamar a atenção do leitor para as características físicas do ator social.

Van Leeuwen (1997) categoriza várias formas de representação dos atores sociais por meio da personalização. As representações realizam-se por meio de pronomes pessoais ou possessivos, nomes próprios os substantivos, cujo significado sempre inclui a característica humana. Mas, além disso, os atores sociais também podem ser impersonalizados. Existem dois tipos de *impersonalização*: a *abstração* e a *objetivação*. A abstração “ocorre quando os atores sociais são representados por meio de uma qualidade que lhes é atribuída pela representação (VAN LEEUWEN, 1997, p. 208)”; já a objetivação é uma referência metonímica, “ocorre quando os atores sociais são representados por meio de uma referência a um local ou coisa diretamente associada quer à sua pessoa quer à atividade que estão ligados (VAN LEEUWEN, 1997, p. 209)”.

Finalmente, há ainda outra forma de representação que merece destaque, a *assimilação* por *agregação*. Trata-se da estratégia de representar os indivíduos como grupos. A *agregação* quantifica grupos de participantes, tratando-os como números de dados estatísticos, e acaba por exercer função crucial em vários contextos sociais, uma vez que pode produzir ou induzir uma opinião de consenso.

3. ANÁLISE TEXTUAL EM ADC

Para iniciar a análise, é importante definir a conjuntura na qual as reportagens que serão analisadas, foram produzidas. Giddens definiu como modernidade tardia o período histórico que vivemos. É a presente fase de desenvolvimento das instituições modernas e se caracteriza pela separação de tempo e espaço, pela existência de mecanismos de desencaixe e pela reflexividade institucional (GIDDENS apud RESENDE & RAMALHO, 2006, p. 30). O modo de vida moderno, devido ao

dinamismo e às tecnologias, tornou as relações sociais desencaixadas, e a separação de espaço e tempo é crucial nesse fenômeno tendo em vista que essas relações passam a se dar fora de contextos locais.

A internet pode ser um grande exemplo dessa interação “através de extensões indefinidas de tempo-espaço” (GIDDENS apud RESENDE & RAMALHO, 2006, p. 31). A mídia também exerce importante papel na sociedade se pensarmos na última característica da modernidade tardia que Giddens chamou de reflexividade institucional, pois a atividade de refletir, ação antes particular de cada ser humano, agora é “externalizada”.

Uma das características da mídia, segundo Thompson (1998), é a disponibilidade de formas simbólicas desencaixadas de seus contextos que serão incorporadas reflexivamente pelos indivíduos no projeto de autoformação, ou seja, “ao interpretar as formas simbólicas, os indivíduos as incorporam na própria compreensão que têm de si mesmos e dos outros, as usam como veículos para reflexão e auto-reflexão” (THOMPSON, 1998, p. 45).

Em consonância com Foucault (2003), entendemos a linguagem como espaço de luta hegemônica, em que sempre há um grupo exercendo domínio sobre outros. Apesar do termo “luta”, esta é mais baseada no consenso e na disseminação de ideologias do que no uso da força. A hegemonia de um grupo depende da capacidade de gerar práticas discursivas e ordens do discurso que a sustentem, por isso nem todo grupo é capaz de gerar hegemonia. O conceito de hegemonia enfatiza a importância da ideologia no estabelecimento e na manutenção da dominação, e por fim, quando certa ideologia é estabelecida acaba tornando-se naturalizada.

A hegemonia masculina no mundo não é novidade, há não muito tempo vivíamos em uma sociedade baseada no patriarcado. Badinter (1985) elenca três alicerces que serviram de legado e ajudaram a consolidar o poder do homem e sua autoridade paterna no lar, são eles: (1) a teologia cristã, associando a mulher à própria serpente, isto é, ao demônio tentador, Eva transformou-se no símbolo do mal. Essa ideia se difundiu rapidamente, e predominou, por meio da tradição, sobre as palavras de Cristo; (2) o absolutismo político, que buscava fortalecer a autoridade paterna para melhor fundar no direito a monarquia absoluta e permitir aos reis dispor de uma autoridade legítima sobre seus súditos; (3) o legado de Aristóteles, que, em diversos escritos, demonstrou ser a autoridade masculina algo natural. Com esses conceitos em mente, o objetivo desta seção é identificar, a partir da análise dos textos, como a mídia

trata a mulher e o homem quando o assunto é a criação e educação das crianças. Tentaremos identificar em que posições estão colocadas as vozes femininas e masculinas dentro do discurso e se existem disparidades na representação dos atores sociais participantes.

Análise da reportagem “Pais solteiros superam preconceito e dificuldades para criar seus filhos sozinhos”

Nesta subseção, analisaremos a reportagem “Pais solteiros superam preconceito e dificuldades para criar seus filhos sozinhos”, publicada pelo site de notícias UOL, dentro do caderno “Mulher”, em 1 de agosto de 2011. A reportagem apresenta quatro depoimentos de quatro pais, mas, para análise, usaremos apenas um dos relatos e a introdução da matéria escrita pela jornalista. Para fins analíticos nos baseamos nos modos de operação da ideologia de Thompson (1995): dissimulação por deslocamento, legitimação por narrativização e reificação por naturalização. E na representação dos atores sociais de van Leeuwen (1997): ativação/passivação, categorização por identificação relacional, nomeação, impersonalização por abstração, funcionalização e indeterminação. Todas essas já apresentadas na seção precedente.



Desde a infância, as mulheres treinam para um de seus maiores papéis: o de mãe. Durante das brincadeiras, as meninas dão comidinha para suas bonecas, trocam fraldas e, assim, vão treinando para a maternidade. Aos meninos, tal ensaio não é concedido nos joguinhos infantis, papai está sempre trabalhando. Mas o que acontece quando a vida faz com que esses papéis sejam invertidos?

Seja por motivos trágicos (como uma morte precoce) ou muito pessoais (como romances extraconjugais), um pai pode se ver, de uma hora para a outra, sem a figura da mãe, com um ou mais filhos para criar sozinho. O tema serviu de enredo para o clássico filme "Kramer vs. Kramer" (1979), em que o personagem de Dustin Hoffman se via às voltas com as dificuldades de cuidar por conta própria de seu filho, deixado pela mãe, vivida por Meryl Streep.

Quem viveu essa experiência sabe que as dificuldades são muitas, a começar pela desconfiança alheia: muita gente ainda acha que homem não tem jeito para cuidar de crianças. Por outro lado, as alegrias também são imensas: os laços afetivos que envolvem pais e filhos nessas situações podem resultar em relações saudáveis, repletas de cumplicidade e confiança.

Que o diga Brasílio Brant, 51 anos, de Aparecida de Goiânia (GO). Antes dos 25 anos, ele assumiu a criação dos dois filhos de mães diferentes e ao mesmo tempo. Quando Arthur, 18 anos, nasceu, a mãe não quis ficar com o menino. Nessa época, Brant já era pai de Thiago, então com nove anos, e que morava com a avó materna. "Por causa da idade, ela já não conseguia educá-lo", diz.

Após ter se casado novamente, a mãe do menino não pretendia levá-lo com ela. Em seu primeiro ano de vida, Arthur foi criado por uma tia. "Fiquei apavorado com a possibilidade de cuidar de um recém-nascido. Mas, passado esse tempo, fui buscá-lo, sob os protestos da minha irmã e do meu cunhado, que achavam que não ia dar certo. Mas deu", afirma.

Brant conta que foi muito difícil conciliar a vida de solteiro, o trabalho e os filhos. Entretanto, garante que nunca colocou Arthur e Thiago em segundo plano. "Particpei ativamente de todas as fases do crescimento deles. Fui a todas as reuniões escolares, festas de Dia das Mães etc.". Alvo de críticas e preconceito quando decidiu cuidar dos dois meninos, ele conta que sempre teve em mente que não tinha o direito de errar. Emocionado, ele diz: "Consegui, pois meus filhos são carinhosos, atenciosos, educados, inteligentes e respeitadores".

O primeiro período da reportagem (trecho 1) é extremamente carregado de ideologia. Thompson (1995) chama de *legitimação* o modo de operação de ideologia que visa sustentar relações de dominação por parecerem justas e conseqüentemente dignas de apoio. Nesse caso, a estratégia de construção simbólica utilizada é a *narrativização*, que por meio da tradição e histórias contadas de geração em geração, tenta manter uma eterna e aceitável posição social para certos indivíduos, nesse caso a mulher, que deve ser mãe porque foi treinada, ensinada e designada naturalmente para esse papel. Essa estratégia tem por objetivo justificar o exercício do poder por aqueles que o possuem. Podemos ver isso claramente no trecho 1 e 2:

(1) Desde a infância, as mulheres treinam para um de seus maiores papéis: o de mãe.

(2) Durante das brincadeiras, as meninas dão comidinha para suas bonecas, trocam fraldas e, assim, vão treinando para a maternidade. Aos meninos, tal ensaio não é concedido nos joguinhos infantis, papai está sempre trabalhando. Mas o que acontece quando a vida faz com que esses papéis sejam invertidos?

Ainda utilizando as postulações de Thompson (1995), destacamos outra forma de operação da ideologia: a *reificação*, que consiste na representação de uma situação transitória como permanente e natural, envolve, pois, a eliminação do caráter sócio-histórico dos fenômenos. A reificação sustenta-se em quatro estratégias de construção simbólica e uma delas é a *naturalização*, processo pelo qual uma criação social é tratada como se fosse natural.

Para a jornalista, o papel de mãe desempenhado pela mulher, se justifica devido ao seu "treinamento" durante a infância, ou seja, as brincadeiras das meninas na infância não passam de um grande ensaio para que, no futuro, desempenhem "um de seus maiores papéis". Das palavras da jornalista, depreende-se que a maternidade é algo

indubitável. Como podem as mulheres um dia não virem a desempenhar o papel de mãe, se é para isso que foram treinadas?

Badinter (1985) faz um interessante realce da sociedade francesa do século XIV até meados do século XVIII que nos ajudará a refutar essa ideologia tão difundida e naturalizada até hoje. Nesse período, a relação parental era extremamente fria, dada a taxa elevada de mortalidade infantil, se a mãe se apegasse intensamente a cada um de seus bebês, sem dúvida morreria de dor (BADINTER, 1985, p. 83). A insensibilidade aparece bem cruamente nos anais domésticos que as famílias costumavam ter na época. Nesses diários familiares, em que o chefe de família registrava e comentava todos os acontecimentos ligados à família, a morte dos filhos não era digna de muitas linhas. Nessa época, também era muito comum simplesmente desfazer-se de um filho, principalmente pelas precárias condições financeiras ou pela falta de tempo devido ao trabalho (principalmente as camponesas, que trabalhavam junto ao marido nas frentes de produção). Mas então devemos nos perguntar: apenas as classes sociais menos favorecidas rejeitavam suas crianças pela insuficiência de recursos? A resposta é não.

Algumas mulheres da alta aristocracia também não estavam dispostas a sacrificar seu lugar e posto na Corte, ou simplesmente sua vida social e mundana, para criar os filhos e o primeiro ato dessa rejeição era a recusa do aleitamento. Por vezes, as mulheres utilizavam o argumento estético e juravam que, se amamentassem, perderiam a beleza, o seu bem essencial. Alegava-se, e se alega ainda hoje, que a amamentação deforma o seio, amolecendo-os. Muitas não queriam correr o risco de semelhante dano e preferiam recorrer a uma ama-de-leite (BADINTER, 1985, p. 94-95). Os maridos também reforçavam essa ideia, alguns se queixavam da amamentação da mulher como um atentado à sua sexualidade e uma restrição ao seu prazer.

Van Leeuwen (1997) fala sobre a diferença do modo como os atores sociais são representados nos diferentes setores da imprensa e é curioso notar que esta reportagem encontra-se na seção “mulher”, o que fatalmente nos leva a crer que o público alvo, no caso as mulheres, cria algum tipo de identificação com o que é falado no texto. Apesar disso é notável uma maior representação e ativação da voz do “homem” do que da “mulher”, que aparece como personagem secundária.

Segundo as postulações de van Leeuwen (1997), podemos dizer que, nesse caso, o ator social “homem” está dotado de um papel ativo enquanto a “mulher” encontra-se em um papel passivo, sua representação não chega a ser excluída, mas também não é ativa como nos trechos 3 e 4:

(3) *Quando Arthur, 18 anos, nasceu, a mãe não quis ficar com o menino.*

(4) *Após ter se casado novamente, a mãe do menino não pretendia levá-lo com ela.*

O recurso da categorização por *identificação relacional* fica evidente para a representação da mulher no texto. Nos trechos 3 e 4 a mulher é definida em termos daquilo que, permanente ou inevitavelmente é, no caso, mãe. A identificação relacional apresenta os atores sociais em termos da relação pessoal de parentesco que têm entre si e realiza-se através de um conjunto fechado de substantivos que denotam essas relações (mãe, pai, tia, avô...) e normalmente, são possessivados, ou por um pronome possessivo, ou por genitivo, como aparece no texto “*a mãe do menino*”.

(5) *Brasílio Brant, 51 anos, de Aparecida de Goiânia (GO).*

(6) *Emocionado, ele diz.*

Enquanto o homem é representado em termos da sua identidade única, ou seja, é nomeado (trecho 5), para a mulher resta o “personagem sem nome”, pois seu papel é apenas passageiro e funcional. Além de ser nomeado o homem também é representado por *abstração* que é uma forma de personalização (trecho 6). Nesse caso, o ator social é representado por meio de uma qualidade positiva, que lhe foi atribuída pela representação.

Van Leeuwen (1997) explica que, dependendo da sociedade, da cultura e das diferentes relações de parentesco, alguns termos podem tornar-se polivalentes. O autor usa o exemplo dos termos “ser mãe” e “ser pai”, que, coincidentemente, podemos trazer para nosso contexto e enriquecerá a reflexão, apesar de o autor não ser brasileiro. Ele explica que o termo “ser mãe” pode ser categorizado como *funcionalização*, que é a representação por meio de uma atividade, ocupação ou função do ator social, nesse caso, o “ser mãe” é o ato de criar um filho.

O “ser pai”, diferentemente, é aceito socialmente apenas como sendo o ato de gerar uma criança. Apesar disso, no caso da reportagem em questão, a representação da mãe não pode ser categorizada como funcionalização, uma vez que quem ocupa a função de criar o filho é o pai, e a mãe, nas poucas vezes que é citada, protagoniza apenas situações de abandono e rejeição. Essa reflexão corrobora para cremos ainda

mais que essa reportagem está completamente descontextualizada e, apesar de ser um texto jornalístico, não reflete minimamente a realidade social.

(7) *Quem viveu essa experiência sabe que as dificuldades são muitas, a começar pela desconfiança alheia: muita gente ainda acha que homem não tem jeito para cuidar de crianças.*

No trecho 7 a jornalista usa o recurso da *indeterminação* para representar os atores sociais como grupos não especificados e anônimos. A indeterminação realiza-se geralmente através de pronomes e nesse caso aparece de forma agregada como em “*quem viveu*” e “*muita gente*” e funciona como uma referência generalizada, pois atribui aos atores sociais um tipo de autoridade impessoal, uma noção de força coerciva invisível, que é sustentada apenas pelo subjetivo, pelo senso comum.

Apesar de não podermos determinar quem é o grupo de pessoas que a jornalista se refere nessa fala, apesar de serem atores anônimos, o leitor cria identificação com essa argumentação por ser o modo de pensar da maioria das pessoas, por ser uma noção comumente admitida pelos indivíduos. É um conhecimento adquirido através de experiências, vivências e observação do mundo, independente de comprovação lógica ou científica.

Podemos concluir que o discurso do texto da reportagem está carregado de uma ideologia que tem por objetivo favorecer determinado grupo social. Segundo os modos de operação da ideologia de Thompson (1995), observamos, em destaque, essa operação por meio da *dissimulação*. Na reportagem a relação de dominação é sustentada utilizando recursos de ocultação, negação e obscurecimento das relações e dos processos verdadeiramente existentes na sociedade. É fato irrefutável que pais que criam os filhos sozinhos são exceção, a grande verdade é que milhões de brasileiros sequer possuem o registro do nome do pai na certidão de nascimento apesar desse direito ser garantido pela Lei 8.560 desde 1992 (essa Lei veio a garantir o reconhecimento de paternidade mesmo que os pais da criança não tenham qualquer vínculo matrimonial). Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com base no Censo Escolar de 2011, há ainda no Brasil aproximadamente 5,5 milhões de crianças sem o nome do pai no registro de nascimento (BRASIL, 2015). Por que, então, em um país que o abandono paterno é a realidade de milhões de crianças, pais solteiros, apesar de serem exceção, são tratados como heróis na mídia? Onde está o espaço na mídia para as verdadeiras heroínas, essas 5,5 milhões de mulheres, mães dessas 5,5 milhões de crianças?

A reportagem usa, inclusive, uma estratégia de *deslocamento* do termo “mãe solteira”, comumente conhecido, que acaba sendo atribuído ao pai. Com isso, todas as conotações positivas do termo são transferidas para o pai. Importante destacar que apenas conotações positivas foram atribuídas ao termo “pai solteiro” na reportagem em questão. A seguir analisaremos outra reportagem contrastivamente e conseguiremos notar que o termo “mãe solteira”, curiosamente, carrega muito mais conotações negativas do que positivas.

Ao fim da análise, concluímos que apesar da matéria estar inserida no caderno “Mulher”, a representação da mulher no texto é praticamente apagada, e sendo as mulheres o público alvo dessa reportagem, o que há de errado? Certamente o público alvo cria algum tipo de identificação com o que é falado no texto e isso nos leva a pensar na afirmativa de van Leeuwen (1997, p. 180) quando diz que “as representações incluem ou excluem atores sociais para servir os seus interesses e propósitos em relação aos leitores a quem se dirigem”. Mas como é possível excluir a representação das mulheres em um texto direcionado às mulheres? E porque isso funciona? A reportagem seguinte irá corroborar na tentativa de responder a essas questões.

Análise da reportagem “Brasil tem mais de 20 milhões de mães solteiras, aponta pesquisa”

Nesta subseção, analisaremos a reportagem “Brasil tem mais de 20 milhões de mães solteiras, aponta pesquisa”, publicada também pelo site de notícias UOL, dentro do caderno “Notícias”, em 10 de maio de 2015. Essa reportagem foi publicada originalmente pela Agência Brasil – EBC contendo apenas os dados estatísticos obtidos com a pesquisa. O site UOL reproduziu o conteúdo e montou reportagem reunindo o depoimento de oito mães que criam os filhos sozinhas, mas para a análise utilizei apenas um depoimento e um trecho do texto produzido pela Agência Brasil. Para fins analíticos nos baseamos na representação dos atores sociais de van Leeuwen (1997): assimilação por agregação, já apresentada em seção precedente.

Brasil tem mais de 20 milhões de mães solteiras, aponta pesquisa

Daniel Mello
Agência Brasil | 10/05/2015 | 14h11

O Brasil tem 67 milhões de mães, segundo pesquisa do Instituto Data Poplar. Dentre elas, 31% são solteiras (cerca de 20 milhões) e 46% trabalham.

Com idade média de 47 anos, 55% das mães pertencem à classe média, 25% à classe alta e 20% são de classe baixa. Pouco mais de um terço dos filhos adultos (36%) ajudam financeiramente as progenitoras.

[...]

"Quando o meu filho completou um ano, separei-me e minha família passou a me criticar muito por eu trabalhar demais e deixá-lo na creche por muitas horas. Tentei ajustar a minha rotina ao máximo, passei a não levar trabalho para casa e não ir a eventos. Mas novas críticas vieram quando comecei a namorar o meu atual marido. Uma amiga chegou a dizer que eu estava expondo o meu filho a uma pessoa desconhecida. O que não era verdade, porque meu filho e meu atual marido só se conheceram depois de um ano de namoro. É complicado conciliar tudo, mas, aos poucos, vou conseguindo. Um dia dá certo, outro não."

Samantha Leal, 37 anos, jornalista, mãe de Arthur, 3. Arquivo Pessoal

A partir do título da reportagem é possível saber que, diferente da anterior, esta irá tratar de mulheres que criam os filhos sozinhas, inclusive, são tantas, que é preciso dados estatísticos para falar do assunto. Para análise do trecho introdutório da reportagem, utilizaremos a categoria de representação da *assimilação* por *agregação*.

Já tratamos anteriormente do alto valor em se representar a individualidade de um ator no texto. Um ator social quando nomeado geralmente está em posição ativa no texto e o "personagem sem nome", exerce papel apenas funcional. Nesse caso, não existe ator ativo, o único ator em questão no texto, as mulheres, são representadas por *agregação*, ou seja, são quantificadas e tratadas como dados estatísticos.

A *agregação* costuma ter papel crucial em muitos contextos da nossa sociedade, uma vez que se baseia em dados estatísticos como sondagens de opinião e pesquisas de mercado, por exemplo, para vários fins. Nesse caso não é diferente, a *agregação* pode muitas vezes ser usada para produzir uma opinião de consenso, mesmo que os dados estatísticos sejam meros registros numéricos. Isso contribui para

transformar os atores em uma multidão meramente objeto de cálculo, sem identidade e sem individualidade, como exemplo disso, os trechos 1 e 2 a seguir.

(1) 67 milhões de mães

(2) 31% são solteiras (cerca de 20 milhões) e 46% trabalham

No trecho que trás o depoimento da mãe podemos notar o quanto o discurso é carregado de culpa. Mesmo criando o filho sozinha e dedicando-se ao máximo, muitas vezes abrindo mão de desejos pessoais, a personagem do depoimento parece sempre estar com seu papel de boa mãe posto em xeque.

(3) Tentei ajustar a minha rotina ao máximo, passei a não levar trabalho para casa e não ir a eventos. Mas novas críticas vieram quando comecei a namorar o meu atual marido.

Voltaremos às postulações de Badinter (1985) para tentar entender de onde vem esse sentimento de culpa. Para a autora o foco começa a mudar após 1760, quando o discurso desloca-se insensivelmente da autoridade do pai, para o amor da mãe. O foco ideológico ilumina cada vez mais a mãe, em detrimento do pai, que entrará progressivamente na obscuridade. Como é das mulheres que depende todo o êxito da operação de criar um filho são, portanto, elevadas a outro nível de importância. A nova moda eram as publicações que recomendam às mães cuidar pessoalmente dos filhos e a importância amamentá-los. A partir de então, é imposto à mulher a obrigação de ser mãe antes de tudo e é plantada a semente do mito do instinto materno, ou o amor espontâneo de toda mãe pelo filho (BADINTER, 1985, p. 144).

O instinto materno existe ou as relações mãe-filho envolvem apenas os mesmos sentimentos que encontramos em outras relações: amor, ódio, indiferença, diferentemente dos outros segundo o caso?... O instinto materno existe ou não passa de uma enorme pilhéria? Uma enorme pilhéria destinada a persuadir as mulheres de que cabe a elas executar o 'trabalho sujo', isto é, fazer sempre a mesma coisa, sem partilha, sem objetivo, lavar sempre o chão que os meninos sujaram, estar sempre a empunhar uma mamadeira? (BADINTER 1975, p. 74-75 apud BADINTER, 1985, p. 354).

As mulheres tornaram-se, ao mesmo tempo, objeto de uma súplica e de acusação, pois caso tentem abster-se dessa tarefa, serão novamente rebaixadas. Novas

postulações de ideólogos da época, de médicos e psicanalistas como Freud e Winnicott, foram surgindo a fim de legitimar o papel da mãe "naturalmente devotada" para estender mais ainda as suas responsabilidades. À função de nutrir, acrescentaram também a educação. A mulher estava agora enclausurada em seu papel de mãe, não podendo mais evitá-lo sob pena de condenação moral. Quanto ao homem, sua responsabilidade restringe-se ao sustento do lar e a servir de bom exemplo de conduta para os filhos, a participação na educação ou na afetividade não lhes compete (BADINTER, 1985, p. 314).

Retornando ao século XXI vale a pena refletir se esses papéis mudaram. A mim parece que a única diferença é que as mulheres estão cada vez mais adaptadas à dualidade dos papéis materno (centralizado na casa, no filho) e feminino (a realização pessoal e profissional). Mas, se em algum momento a mulher tenta priorizar o papel feminino é rapidamente condenada, como se após a maternidade não lhe fosse permitido ter qualquer desejo de realização pessoal, pois isso, automaticamente, colocaria o filho em segundo plano.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dupla jornada feminina não é novidade para ninguém, tanto as mulheres que trabalham fora como as que permanecem em casa fazem o essencial do trabalho doméstico e parental, mas raramente se fala das dificuldades enfrentadas pela mulher e como solucionar o antagonismo desses papéis. Já o homem, quando tem de inserir em sua rotina a difícil tarefa de criar e educar um filho, parece merecer todas as honras a ponto de ser pauta de reportagem com direito a melodrama.

Vimos que mais de 5 milhões de crianças não contam sequer com o nome do pai na certidão de nascimento, mas essa discussão não parece digna de espaço na mídia já que essas mulheres permanecem no anonimato representadas apenas por números em dados estatísticos. O arcabouço autoritário masculino ruiu e com ele também a figura do homem como chefe de família, mas a verdade é que por uma herança histórica de desigualdade e dominação, ainda mantemos internalizado o pensamento de que a única e insubstituível responsável pelos filhos é a mãe.

Ao longo do presente artigo tratamos diversas vezes da linguagem como prática social, afinal, esse é o alicerce da Análise de Discurso Crítica. Dissemos que o discurso, ao mesmo tempo em que é moldado e restringido pela estrutura social, também contribui para sua constituição. Se pensarmos nos três aspectos construtivos do

discurso de que fala Fairclough (2002), na contribuição do discurso nas construções de identidades sociais, nas relações sociais entre as pessoas e na construção de conhecimentos e crenças, teremos a dimensão da causa e do efeito que um texto jornalístico sensacionalista veiculado na mídia pode ter.

Vimos que o discurso é uma das instâncias em que a ideologia se concretiza, e esta, por sua vez, contribui para a produção, reprodução ou transformação das relações de dominação. Vimos, também, diferentes formas como os atores sociais podem ser apresentados em um dado discurso, dependendo das escolhas linguísticas dos usuários, tudo isso aplicado à análise textual de dois textos jornalísticos nos possibilitando uma conclusão não muito animadora.

O discurso da mulher na reportagem 2 é carregado de receios, frustrações, culpa e críticas alheias. Já o do pai solteiro da reportagem 1, o que se evidencia é a superação, a determinação, o afeto e a dedicação. Isso pode ajudar a explicar porque a reportagem “*Pais solteiros superam preconceito e dificuldades para criar seus filhos sozinhos*” estava inserida na seção “mulher” do site e a “*Brasil tem mais de 20 milhões de mães solteiras, aponta pesquisa*” encontra-se inserida na seção de “notícias”.

As mulheres parecem ter internalizada a obrigação da maternidade, a perfeição na conduta como mulher e como mãe lhes é exigida o tempo todo, nenhuma falha é permitida. Por isso, acabam por achar natural que não sejam dignas de uma pauta jornalística, assim como um pai solteiro. Hall (1999) trata a construção da identidade como uma identificação, uma vez que acredita que a identidade não é algo inato, mas sim algo formado através do tempo e de processos inconscientes, ou seja, a identidade surge de uma falta de inteireza do ser humano que é “preenchida” a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nos imaginamos ser vistos por outros (HALL, 1999, p. 39).

Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos. As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre “a nação”, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas (HALL, 1999, p. 50-51).

Parece que continuamos persistindo no modelo familiar onde a mãe é a única referência afetiva para os filhos, parece que continuamos reforçando a idéia de que é designação natural da mulher a criação de um filho e com isso reforçando também o direito do homem se eximir dessa responsabilidade. Parece que continuamos reforçando as diferenças, desde a infância, entre meninos e meninas no papel parental. Sendo assim, as relações serão inevitavelmente traduzidas em relações de dominância e submissão, pois socialmente continuamos aceitando com naturalidade o abandono paterno, enquanto à mulher é imposta a obrigação de ser mãe antes de tudo.

Uma vez que entendemos a linguagem como espaço de luta hegemônica, e que o próprio discurso apresenta-se como uma esfera da hegemonia vale refletir a quem ou a que grupos interessa manter a falácia do “dom da maternidade”. Em contrapartida, temos consciência de que todos os indivíduos inseridos em práticas discursivas e sociais corroboram para a manutenção ou transformação de estruturas sociais, ou seja, talvez o caminho seja nos livrarmos de conceitos ultrapassados, pois na sociedade atual não faz mais nenhum sentido que delimitem-se tarefas masculinas e tarefas femininas. A partilha dos cuidados aos filhos é sem dúvida a melhor e mais justa alternativa, se os pais estiverem aos olhos dos filhos, desde o início, como fontes iguais de afeto, bem-querer e poder a estrutura familiar, qualquer que seja ela, sem dúvida será mais fortalecida.

REFERÊNCIAS

BADINTER, Elizabeth. *Um amor conquistado: O mito do amor materno*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 2. Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. *Cartilha pai presente*. 2. Ed. 2015. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/destaques/arquivo/2015/04/b550153d316d6948b61dfbf7c07f13ea.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2015.

BRASIL. Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992. *Regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências*. Brasília,

DF. 29 dez. 1992. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8560.htm> Acesso em: 24 jun. 2015.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Tradução, revisão técnica e prefácio Izabel Magalhães. Brasília: Editora da UnB, 2001.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 9ª ed. São Paulo: Loyola, 2003.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 3. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LEEUWEN, Theo van. A representação dos actores sociais. In: PEDRO, Emília Ribeiro (Org.). *Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, 1997, p. 169-222.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Tradução Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.